Cerca de um bilião de meticais roubados

Savana 5/8/94 p.12

Bombas de gasolina alvos de criminosos

Por Paulo Machava

O crime organizado é um facto na capital do país com todas as peripécias que tornam Maputo comparável a Chicago dos anos 20 e 30. Assaltos, raptos, violações, sequestros, tráfico de moeda e de droga. A delinquência juvenil aumenta assustadoramente, segundo o gráfico estatístico policial.

Um inquietante número oficial de transgressões ascende a 6000 delitos no primeiro semestre deste ano. Na sofisticação do crime as bombas de gasolina são definidas como alvos preferidos dos ladrões.

Os proprietários de algumas estações de serviço contactados pelo SAVANA, afirmaram que este fenómeno que tende a ganhar proporções assustadoras deve-se ao facto de, por um lado, se movimentar nelas somas elevadíssimas de dinheiro e, por outro, serem alvos fáceis dos meliantes, devido à sua vulnerabilidade por se encontrarem ao ar livre quase que "totalmente desprotegidas".

De acordo com dados apurados pelo SAVANA numa investigação feita junto de algumas bombas de combustível espalhadas pela cidade de Maputo e Matola, ascende a um bilião de meticais o dinheiro já apoderado pelos assaltantes armados nos últimos quatro meses.

A este cortejo de prejuízos adiciona-se a perda de duas vidas humanas e o ferimento de alguns trabalhadores em número não específicado, bem como o furto de vários materiais de grande utilidade e valor, como computadores, impressoras, máquinas de fax, entre outros.

Estações de serviço saqueadas

De acordo com as investigações efectuadas pelo SAVANA, cerca de 10 estações de serviço da cidade de Maputo e Matola foram alvo de assaltos perpetrados pelos criminosos organizados, munidos de armas de fogo e fazendo-se transportar em viaturas que se presume tenham sido, igualmente, produto de roubo.

Na Frexpo, um dos lugares "visitados", oito meliantes "abocanharam" cerca de 178 milhões de meticais, em Maio último, não assassinaram os vigias, mas, segundo as fontes da Frexpo a vontade não lhes faltou, pois no acto vociferaram ameaças de morte contra o guarda miliciano e outro civil que foram duramente maltratados amarrados e amordaçados. Não dispararam contra eles porque "as bombas de gasolina encontram-se próximas da esquadra da Brigada Montada o que, eventualmente, despertaria a atenção da polícia", adiantam as fontes.

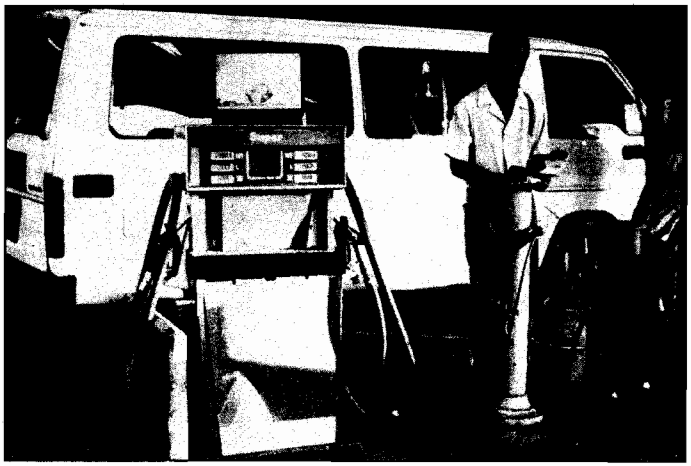
Na estação de serviço OK, a sorte dos guardas foi inversa, como relatou o proprietário, Miguel Andrade, assassinaram o miliciano, um indivíduo idoso.

"Acho que não havia necessidade para tal, porque quando o fizeram encontrava-se totalmente dominado e à mercê deles. Fizeram-no por vandalismo e vontade de matar", sublinhou.

Depois de apontar que furtaram apenas cerca de três milhões de meticais como poderiam se ter apoderado de 20 ou 30 milhões desde que esse montante estivesse ao alcance, nos cofres ou com os bombeiros. Lamentando a perda de vida humana, Miguel Andrade criticou as autoridades policiais que, recentemente, ordenaram a recolha de armas de fogo em posse dos milicianos das bombas de combustível e acrescentou: "agora é que estamos de peito descoberto e ao alcance dos criminosos e sem protecção de espécie alguma. Se mesmo quando tínhamos milicianos armados os assaltantes atacavam-nos, agora será pior", referiu.

Tentando dimensionar a gravidade da questão, o nosso entrevistado perguntou: "A quem devemos culpar se isso vier a registar-se?", pois sem meios de defesa as estações de serviço ficam mais vulneráveis e empurradas a procurar segurança nas empresas privadas de protecção que praticam "preços proibitivos".

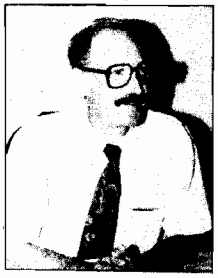
Por acaso não "será uma forma de compulsivamente nos empurrarem para essas empresas?", acrescenta, Miguel Andrade, adiantando que "não vejo necessidade de se retirar as armas aos milicianos que são nossos empregados cujo salário vem da empresa. Estes milicianos não têm nada a ver com política se é que a polícia fê-lo por questões dessa natureza".



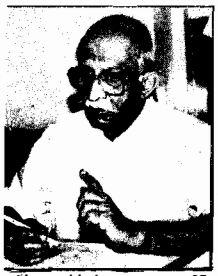
Bombas : sem armas... mais vulneráveis que nunca

Versões comuns dos gestores

Na sequência das investigações relacionadas com este novo alvo preferido pelos autores de sistemáticos assaltos à mão armada, registámos a existência de versões comuns de gestores das estações de serviço.



Manuel dos Santos: o justo paga pelo pecador



Ahomed Laher: sacaram 65 milhões... assim não vamos longe

Dizem os gestores das bombas de gasolina que "vender combustível é negócio complicado de alto risco e lucro pobre".

Num tom suspeito os proprietários das bombas referem que "enquanto os lucros são poucos tudo levanos a pensar que deve haver um "gato escondido" para nos desproteger para que a gente recorra às empresas privadas de segurança".

Na RONIL, os assaltantes, na última "operação" feita mês passado, apoderaram-se de 30 milhões de meticais, engrossando a lista das perdas e tomando em consideração que também tem se verificado outro tipo de furto protagonizado por automobilistas desonestos, uns que "mandam encher o tanque da sua viatura ou que pedem grandes quantidades de combustível e antes que o funcionário exija o dinheiro põem o carro em movimento, fugindo, e outros que positivamente pagam com moeda falsa ou cheques carecas".

É neste contexto que Manuel dos Santos, director financeiro da Ronil diz, "nós já não aceitamos o pagamento em cheques". Consciente de que isso atrofia um pouco as normas do comércio, mas, a desonestidade evidenciada por alguns, leva a que "o justo pague pelo pecador". Isto atrasa o desenvolvimento do país porque não se cria o espírito de comércio sério e de confiança. O cheque é importante no comércio, devia-se transaccioná-lo, mas nas condições actuais de instabilidade social é impossível."

Patrulhamento policial seria ideal

Os gestores das bombas acreditam ainda que com um pouco mais de esforço e vontade, a polícia poderia minimizar o martírio de eles se verem confrontados com estas situações desagradáveis, que "muitas vezes levam-nos a não cumprirmos com horários estabelecidos ou com aqueles que gostaríamos de institucionalizar para beneficiar os automobilistas, como por exemplo, de bombas a funcionarem 24 sobre 24 horas".

Como disse Ahomed Laher, da estação de serviço Massano, onde os "pistoleiros" roubaram cerca de 65 milhões de meticais, "empatamos o nosso capital a bem do país e ninguém olha por nós, ainda por cima tiram as armas das mãos dos milicianos que tentam defender as firmas".

José Namburete, das bombas Mariliza, na Matola, que nas duas incursões de que foi vítima os assaltantes "debitaram-lhe" prejuízos de mais de 28 milhões de meticais em dinheiro, fora os computadores e outros materiais, afirmou que "se deve pensar com cuidado nestas novas ordens de modo a não se prejudicar o negócio, porquanto a ser assim, se houver "falência" são dezenas de trabalhadores a perder os postos de trabalho, o sustento das suas famílias e obrigados a engrossar o já elevado exército de desempregados, com todos os perigos que isso acarreta".

Ismael Cuco, do posto de abastecimento "ZOO", da Petromoc, assaltado no passado dia 3 de Julho por 4 indivíduos munidos de pistolas, apoderando-se de 40 milhões de meticais, sustenta que "o governo ou as autoridades policiais não devem analisar esta questão de ânimo leve, porque de um lado são as vidas humanas que se perdem e, por outro, é o dinheiro que perdemos a favor de malfeitores que serveria para o desenvolvimento do país".

Na totalidade dos nossos entrevistados que se referiram às dificuldades da polícia em meios de combate ao crime organizado, acalentam, contudo, a esperança de verem um dia os seus propósitos defendidos. Lançam, no entanto, um apelo às autoridades policiais ou judiciais para que "ao neutralizarem os autores dos assaltos publiquem o facto, o que serviria para desencorajar os outros e demonstrar que as instituições da lei e ordem trabalham e que os ladrões não ficam impunes".

Os gestores das bombas de combustíveis sublinharam o facto de os autores terem utilizado os métodos similares em todos os sítios por onde passaram demonstrando o domínio que têm dos alvos de furto e os mecanismos de funcionamento dos mesmos. Aliás, os roubos foram, na sua maioria, realizados nas horas "mortas" ou próximas do fecho, na altura da contabilização da receita ou na troca de turnos de trabalho. ■